

Editorial

A expansão do Ensino Superior em Portugal aparece associada, de algum modo, à crescente preocupação pública com as condições de funcionamento das instituições e com as taxas de sucesso académico dos alunos neste nível de ensino. Após uma expansão assente na multiplicação de instituições, cursos e alunos, vivemos, hoje, sob o signo da qualidade, reflectida na procura de alternativas de actuação que favoreça a eficiência das instituições e da formação académica dos alunos. Neste número da revista “*Psicologia e Educação*” centrar-nos-emos neste último aspecto, sem descurar que o próprio funcionamento das instituições é factor determinante do seu sucesso, do sucesso dos seus professores e dos seus alunos.

O sucesso académico dos estudantes inclui, mas não se restringe ao seu rendimento escolar. Um conceito mais abrangente integra o ajustamento, a persistência, a satisfação, o desenvolvimento psicossocial e a construção de um conjunto alargado de competências não estritamente académicas. No limite, e pensando no desenvolvimento psicossocial do jovem-adulto, podemos alargar o conceito de sucesso académico ao desenvolvimento de um sistema coerente de valores, identidade, estabilidade emocional, relações sociais e íntimas satisfatórias, aceitação do incerto, ambíguo e complexo, e a construção de projectos de vida sólidos que integrem o passado, o presente e o futuro.

A concretização deste objectivo por parte das instituições de Ensino Superior requer uma maior atenção à diversidade de alunos que recebe, decorrendo, esta diversidade, da combinação de múltiplas variáveis como, por exemplo, dos conhecimentos e da qualidade dos percursos escolares, dos projectos vocacionais, das expectativas, das motivações e das atitudes gerais face ao mundo académico. Sem uma atenção a esta diversidade e sem medidas diferenciadas em resposta às necessidades dos alunos, o Ensino Superior massifica-se e corre o risco de fazer aumentar as taxas de fracasso e abandono escolar.

A investigação na área tem destacado variáveis pessoais e contextuais associadas às dificuldades experienciadas pelos estudantes na sua transição e adaptação ao Ensino Superior. Tais dificuldades podem ser entendidas num vaivem entre recursos pessoais possuídos por parte dos alunos e níveis de exigência

colocados pelas instituições. Sendo certo que sem desafios não existe desenvolvimento, certo também que, quando as exigências pessoais, sociais e académicas do novo contexto ultrapassam as capacidades de adaptação, de mudança e de desenvolvimento, tais desafios se convertem em vivências críticas e desadaptativas, impedindo o próprio bem-estar e o desenvolvimento.

No presente, um número considerável de investigadores nacionais tomam o Ensino Superior como objecto dos seus projectos de investigação. Este número ilustra alguns desses projectos, vários deles ultrapassando as questões da investigação e sugerindo formas de intervenção que justifiquem a criação de unidades de apoio psicossocial nas instituições de Ensino Superior. Não sendo suficiente garantir o acesso se pouco é feito em prol do sucesso, cabe às instituições a implementação de tais serviços de apoio, seja numa lógica remediativa, seja numa lógica, bem mais interessante, de prevenção e de promoção do desenvolvimento e da aprendizagem dos alunos.

Este volume inicia-se com um artigo de Graça Seco e colaboradores reportado à transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior. Como fica aí patente, toda a transição envolve desafio, risco, *stress* e expectativa, proporcionando alguma desadaptação inicial. Apelando a níveis superiores de autonomia, nem sempre os estudantes apresentam o nível de maturidade apropriado a tais desafios. Algumas diferenças na adaptação académica foram encontradas tomando o género, o curso/instituição e a situação de deslocado ou não-deslocado dos estudantes. Quando nestas circunstâncias adversas falham os suportes familiares e dos colegas, diminuem as percepções de adaptação e de satisfação académicas, apontando o artigo no seu final para a necessidade das instituições implementarem serviços de apoio psico-socio-educativo aos seus estudantes, em particular, aos do primeiro ano.

Um segundo artigo, de Manuel Loureiro e colaboradores, mesmo que reportado à validação de um questionário de expectativas de envolvimento académico numa nova amostra de alunos, ilustra que os estudantes ao entrarem na Universidade apresentam expectativas bastante elevadas, em particular nas áreas do envolvimento social, do envolvimento curricular e da utilização dos recursos disponibilizados pela instituição. Tal perfil parece bastante consistente e indiferenciado segundo algumas características pessoais, familiares e das trajetórias escolares dos alunos.

Um terceiro artigo, de José Inácio Granado e colaboradores, também centrado na validação de um questionário de adaptação académica a uma amostra de estudantes brasileiros do 1º ano, aponta que a qualidade das vivências académicas dos alunos se associam de forma estatisticamente significativa aos seus níveis de rendimento académico obtidos no final do 1º semestre, ainda que os resultados nas várias subescalas de vivências académicas tendam a ser mais elevados no grupo dos estudantes do sexo feminino.

Um quarto artigo neste volume da autoria de António Diniz e Maria Susana Pinto retoma as questões da integração académica dos estudantes do 1º ano e o seu impacto no rendimento escolar. Postulando um modelo de operacionalização da integração académica que considera o equilíbrio emocional e a satisfação consigo e com os pares, os autores propõem um modelo de confluência das variáveis de integração académica e outras variáveis pessoais dos alunos (género, residência, nota de candidatura e procura de suporte parental) na explicação do rendimento académico atingido no final do ano. Os coeficientes estatísticos destacam a relevância do suporte parental e do equilíbrio emocional no modelo testado, mesmo que o rendimento académico no final do 1º ano seja predito, essencialmente, pela nota de candidatura dos alunos a este nível de ensino.

Traduzindo a importância efectiva que o rendimento académico assume nas preocupações e nas investigações em curso, o quinto texto de Pedro Rosário e colaboradores destaca a auto-regulação como motor da qualidade das aprendizagens e do sucesso académico dos alunos. Reportando-se a auto-regulação da aprendizagem a cognições, sentimentos e comportamentos dos estudantes, os autores descrevem uma experiência de treino de tais competências auto-regulatórias em universitários do 1º ano. Mesmo tratando-se de uma intervenção numa fase inicial de implementação junto de um pequeno grupo de alunos, os dados revelam alguma inconsistência nas mudanças proporcionadas, ainda que várias implicações sejam retiradas tendo em vista o apoio aos alunos mais fragilizados na sua inserção académica ao nível das actividades de estudo e de aprendizagem.

Um sexto artigo de Etã Costa e Isabel Leal analisa as interligações entre indicadores de saúde mental dos alunos e de adaptação académica. Os resultados apontam para a circularidade de efeitos de ambas as variáveis, sendo significativas as correlações obtidas tomando as várias facetas da integração académica dos alunos e os indicadores de saúde mental recolhidos (dimensões associadas ao *stress* e bem-estar psicológicos).

Abrindo este volume à consideração de variáveis menos circunscritas aos alunos e mais aos contextos académicos, o sétimo artigo de Ana Paula Soares e Leandro Almeida apresenta os resultados de um novo estudo de validação da “*Classroom Environment Scale*” com alunos universitários do 1º ano. Os vários estudos nacionais conduzidos com a versão portuguesa da escala têm revelado algumas dificuldades na sua validação pelo que, os autores, recorrendo a procedimentos estatísticos mais adequados, obtiveram uma estrutura factorial bastante consistente e válida para descrever o ambiente de ensino e de aprendizagem nas salas de aula das instituições universitárias portuguesas.

Finalmente, o oitavo artigo de Rui Santiago descreve dois centros nacionais de investigação (CIPES – Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior;

e CEPGU – Centro de Estudos sobre Políticas e Gestão Universitária) e os projectos sobre políticas e governo das instituições de Ensino Superior desenvolvidos. Alguns destes projectos, até pela abrangência dos objectivos e das variáveis que incluem, saíram recentemente das respectivas fases de planeamento, merecendo destaque o volume de trabalhos já publicados no país e no estrangeiro, assim como as parecerias internacionais estabelecidas na sua prossecução, fundamentais, de resto, a uma metodologia assente na descrição e análise comparada de realidades, modelos e discursos em torno das instituições do Ensino Superior.

Tendo reunido deliberadamente autores com temáticas de investigação e pertencentes a instituições diversas, julgamos que o presente volume acaba por ilustrar a multiplicidade de aspectos que o “Ensino Superior” comporta. Incidindo os textos nas questões da transição e adaptação académica, da aprendizagem e sucesso académico, e do bem-estar e desenvolvimento dos alunos, quisemos incluir dois textos mais orientados para as questões institucionais (percepções dos contextos de ensino-aprendizagem das salas de aula; e políticas e gestão das próprias instituições) e, deste modo, salientar quão importante são os contextos de vida para a qualidade das aquisições e do desenvolvimento psicossocial dos indivíduos. Assim, com este número, esperamos contribuir para o desenvolvimento da investigação, da reflexão e da intervenção tomando as instituições e os seus agentes, em resposta aos desafios de mudança decorrentes das condicionantes e orientações nacionais e europeias por que passa o Ensino Superior em Portugal.

Leandro Almeida, Ana Paula Soares & M. Adelina Guisande
(Coordenadores)